

AS OPORTUNIDADES, OS PROBLEMAS E A ESTRATÉGIA PARA MELHORAR NO BRASIL O TREINAMENTO UNIVERSITÁRIO EM ECONOMIA

ANTONIO DELFIM NETTO *

I. INTRODUÇÃO

Supõe-se neste trabalho que a tarefa básica do economista consiste em introduzir grau crescente de nacionalidade nas decisões políticas que envolvem a utilização de fatores escassos de uso alternativo, quer no setor público, quer no setor privado. Quando, no setor público, êle tenta o estabelecimento de condições que conduzem à otimização no sentido global da sociedade e, quando no setor privado, a otimização dentro das restrições impostas pela primeira otimização.

Com essa conveniente definição, podemos encarar o próprio economista como um fator escasso de uso alternativo, cuja alocação é extremamente importante para a aceleração do processo de desenvolvimento econômico, o que tem a dupla vantagem de justificar amplamente êste agradável encontro e de proporcionar tranqüilidade de consciência aos economistas profissionais.

Não se dispõe de estimativas razoáveis de como deverá crescer a demanda de economistas nos próximos anos, mas estamos convencidos de que para o produto vale a velha lei de Say: a oferta cria sua própria demanda. De fato, a nossa experiência pessoal e a observação de um

* Da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da U.S.P.

grande número de circunstâncias mostram claramente que na medida em que os economistas conseguem transmitir àqueles que detém o poder político (ou a capacidade de decisão nas empresas) a magnitude e a importância do problema econômico, a demanda de profissionais cresce rapidamente. O lamentável é que dificilmente essa demanda pode ser atendida, devido à falta de preparo profissional da maioria dos nossos economistas. Pode-se dar como certo, neste momento, o fato de que existe uma grande procura reprimida no setor e que à medida em que ela for atendida com razoável proficiência, a procura tenderá a ampliar-se ainda mais. As oportunidades para o ensino da economia são, portanto, excelentes.

Seria de perguntar, diante de tais perspectivas, porque ainda não se desenvolveu plenamente o ensino da economia no Brasil? A resposta reside na circunstância de que, como um grande número de processos sociais, o fenômeno é exponencial e exige para o seu começo uma base finita, diferente de zero. O ensino desenvolve-se, ainda que lentamente, e já começa a notar o aparecimento de núcleos de ensino e pesquisa, que deverão produzir resultados importantes dentro de alguns anos.

Observando o problema em sua perspectiva global, parece-nos que existem duas dificuldades básicas para a maturação plena desse processo de geração quase espontânea que começa a verificar-se em alguns núcleos:

1. nos próprios núcleos já ativados, existem deficiências notáveis no que respeita ao ensino, o que significa que a formação profissional não é razoavelmente balanceada, provocando sérios problemas;
2. há uma evidente concentração geográfica dos núcleos já em expansão, o que significa sérias dificuldades para os demais, porque crescem os problemas para reter o pessoal mais qualificado e porque as pesquisas locais ficam prejudicadas.

Se esse diagnóstico está correto, pensamos que a estratégia básica para melhor aproveitar recursos externos porventura dirigidos para o campo da pesquisa e do ensino da economia, deveria consistir na montagem de um sistema que:

1. produzisse um balanceamento maior nas atividades didáticas dos núcleos já ativados;¹
2. produzisse um sistema de formação em cadeia, que possibilitasse a elevação do ensino e da pesquisa nos demais núcleos, diminuindo as dificuldades da concentração geográfica;

1) Neste trabalho consideramos como núcleos ativados os da Guanabara e de São Paulo. É certo que existem outros núcleos importantes, particularmente Belo Horizonte, Porto Alegre e talvez Fortaleza, que poderiam ser enquadrados na mesma situação. De qualquer forma, o número de núcleos é irrelevante para a estratégia formulada neste trabalho.

3. desse apoio as instituições de pesquisa que se concentram em problemas locais e regionais e que, finalmente,
4. pudesse tornar-se independente da ajuda externa, depois de alguns anos de funcionamento.

II. BALANCEAMENTO DOS NÚCLEOS ATIVADOS

O programa de auxílio externo deve começar pela tentativa de balanceamento dos núcleos ativados, procurando estabelecer condições de um ensino que cubra as partes essenciais da moderna teoria econômica com a mesma proficiência.

A idéia seria estabelecer, com a colaboração de professores estrangeiros, um "currículo" mínimo a ser coberto no curso de graduação. Com base nesse "currículo" mínimo e na disponibilidade de pessoal, verificar-se-iam os campos que devem receber apoio especial imediato, de forma a balancear o ensino. ²

III. FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Paralelamente, seriam criados nos núcleos ativados, cursos de pós-graduação, a serem cobertos no prazo de um ano e meio a dois anos, pelo pessoal docente (basicamente os professores-assistentes) de todos os núcleos. Para estes cursos de pós-graduação deveriam ser *recrutados professores de alto nível, que funcionassem na base de tutoria por especialização*.

A idéia é a seguinte: um professor-assistente da Cadeira de Microeconomia de uma Faculdade freqüentaria o curso de pós-graduação, mas paralelamente, funcionaria num regime de tutoria com um professor estrangeiro altamente proficiente nesse campo, de forma a obter uma atualização completa no seu campo de ensino.

Em cada ano os cursos de pós-graduação seriam oferecidos com dois regimes de tutoria diferente, de tal forma que fôsse possível receber, em cada núcleo, dois professores-assistentes de cada Faculdade escolhida para receber o apoio do programa.

Para tornar a idéia mais clara, vamos supor que no primeiro curso de pós-graduação, os dois campos eleitos para a tutoria do núcleo A fôssem a Microeconomia e a Macroeconomia. Para esse curso seriam convidados os professores-assistentes (ou eventualmente os próprios professores) daquelas Cadeiras das Faculdades integradas no programa. Eles fariam o curso completo de pós-graduação, mas trabalhariam, no regime

2) Essa foi a idéia básica que orientou o acôrdo Universidade de São Paulo/FORD/USAID, a iniciar-se em março de 1966.

de tutoria, com os professôres escolhidos na Cadeira de sua especialidade. Ao fim do curso, teriam feito uma revisão geral da teoria econômica e recebido um ensino especializado e uma bibliografia atualizada no campo de sua especialização.

Esse programa, repetido cinco vêzes, permitiria a cobertura de praticamente todos os campos da teoria econômica, como se vê abaixo:

<i>Programa</i>	<i>Especialização</i>
1.º	1. Microeconomia 2. Macroeconomia
2.º	1. Matemática para Economistas 2. Teoria Monetária
3.º	1. Estatística 2. Desenvolvimento e Planejamento Econômico
4.º	1. Econometria 2. Teoria do Comércio Internacional
5.º	1. Finanças Públicas 2. História do Pensamento Econômico

Ao fim de quatro ou cinco anos, poderíamos formar cêrca de 150 bons professôres (supondo-se 15 professôres de cada especialização).

Como é óbvio, todo o programa poderá ser rapidamente acelerado, supondo-se a existência de dois centros ativos, pois em tal caso no fim do 4.º ano do programa, teríamos produzido os 150 professôres (supondo a duração do curso de pós-graduação e especialização de dois anos).

A formação de professôres dar-se-ia na seguinte seqüência:

Professôres preparados ao fim de cada ano

Núcleo	1.º	2.º	3.º	4.º
A	—	30	30	30
B	—	30	30	
Total	—	60	60	30

Cada Faculdade receberia, ao fim do 2.º ano de funcionamento do programa, 4 professores-assistentes perfeitamente atualizados e preparados para dar início à disseminação dos ensinamentos obtidos no seu curso de pós-graduação e tutoria com o especialista estrangeiro com quem trabalhou dois anos.

O extraordinário poder multiplicador desse programa pode ser apreciado no quadro abaixo, onde supomos classes de graduação da ordem de 40 alunos:

Anos a contar do início do programa	Alunos de graduação beneficiando-se do programa *
1.º	—
2.º	—
3.º	2.400
4.º	4.800
5.º	6.000

* O quadro revela, de fato, as classes sob influência do programa.

IV. MANUTENÇÃO DA ATUALIZAÇÃO

Um dos problemas mais sérios para a continuação do processo de formação assim iniciado, consiste em manter atualizados os professores que terminam o seu curso de pós-graduação. Para atingir esse objetivo seria do mais alto interesse a criação de uma associação de economistas, que promovesse reuniões anuais, onde fôsse possível discutir-se problemas gerados nas pesquisas regionais e onde fôsse possível desenvolver-se palestras de atualização.

Mais importante do que isso, entretanto, é manter os professores em dia com a bibliografia. Para isso sugerimos que, nos núcleos de pós-graduação, se criem comissões seletoras de bibliografia, com base nas quais se fornecerá, a cada Faculdade, um certo número de novos livros cada ano e de artigos das revistas especializadas.

Consideramos o serviço de duplicação de artigos especializados um trabalho da mais alta importância e capaz de manter permanentemente motivados e atualizados mesmo os professores de menores centros. O serviço funcionaria com base nas comissões seletoras, mas os professores mais interessados poderiam solicitar material complementar diretamente aos núcleos de pós-graduação.

De importância capital, ainda no que diz respeito à atualização e integração dos professores, é o estabelecimento de um periódico real-

mente nacional, capaz de receber colaboração de todos os núcleos, de divulgar as pesquisas em andamento; os doutoramentos e as livre-docências terminados, etc. Esta integração nos parece um elemento da maior importância para o desenvolvimento e o controle das atividades científicas em todos os centros.

V. ESTRATÉGIA GERAL

Diante das considerações anteriores, parece-nos que uma estratégia geral para a rápida elevação da qualidade do ensino da teoria econômica no Brasil e a sua permanente atualização deveria consistir no seguinte:

1. estabelecimento de dois núcleos básicos³ de ensino, onde se desenvolvam cursos de pós-graduação de alto nível, para professores-assistentes de todas as Faculdades;
2. estabelecimento de um programa paralelo de tutoria, por especialização, capaz de formar professores competentes para o nível de graduação, no prazo de dois anos;
3. criação de uma associação de economistas que possibilitasse encontros anuais para discussão de pesquisas e atualização;
4. criação, nos núcleos básicos, de comissões-seletoras de bibliografia, com o estabelecimento de um sistema de fornecimento de livros e duplicação de artigos de revistas;
5. estabelecimento de um periódico realmente nacional, capaz de motivar a publicação de investigações e notícias de todos os núcleos.

DEBATES

Iniciados os debates, foi desde logo mencionado que o trabalho apresentado pelo Dr. Simonsen (que seria discutido na sessão da tarde) continha vários pontos de contato com o documento então em exame. O Dr. Simonsen fez ver que o trabalho de base por ele preparado se constituía num diagnóstico sobre a má qualidade do ensino provido nas noventa e tantas faculdades de ciências econômicas, hoje existente no país. Destacou dentre os vários sintomas, o fato de grande parte da atual clientela dos cursos de economia desejar, na realidade, a aquisição de conhecimentos para atuar como administradores de empresas.

3) A Ford Foundation, interessando-se pelos programas de pós-graduação da Universidade de São Paulo e da Fundação Getúlio Vargas, praticamente cobriu este objetivo.

Também salientou que além do ensino de teoria econômica ser de baixo nível, precisaria ser complementado pela investigação econômica diretamente associada a esse ensino e pelo conhecimento institucional da economia brasileira. Mostrou-se favorável à idéia de utilizar escolas de pós-graduação para a melhoria do nível de proficiência dos professores, tal como sugerido pelo Sr. Delfim Netto em seu documento, e assinalou a vantagem existente em cursos de capacitação de natureza complementar que, análogos aos ministrados pelo Conselho Nacional de Economia, poderiam ser realizados em vários pontos do país. Manifestou-se também favorável à tradução de determinados livros e a uma coletânea de artigos fundamentais de teoria econômica para que, sobrepondo-se à dificuldade lingüística, houvesse melhor difusão da teoria econômica fundamental. Em sua intervenção, o Sr. Manoel Orlando Ferreira fez ver que a formação básica do economista acha-se hoje demasiado orientada para uma absorção pelo setor público e conviria modificar essa formação no sentido de um melhor aproveitamento do economista profissional pelas empresas particulares. Ao intervir nos debates, o Sr. Ary Burger manifestou que, em sua opinião, o número aparentemente excessivo de escolas não representaria mal maior, desde que se estabelecesse o processo de melhoria do ensino de economia que, pela via de núcleos de pós-graduação, poderia, paulatinamente, vir a influir sobre tais escolas. Referindo-se a cursos de revisão ou de capacitação nos moldes dos providos pelo Conselho Nacional de Economia, mostrou-se solidário com a importância dos mesmos, mas salientou a conveniência de, ao regionalizá-los, torná-los mais específicos para melhor aproveitar o potencial humano de cada região.

A uma indagação do Sr. João Paulo Velloso sobre as causas que o levavam a desenhar de um modo tão negativo o ensino de economia no Brasil, o Sr. Delfim Netto enumerou como fatores principais: a) a má qualidade dos formandos em economia; b) a falta de bons professores; e, c) a não existência de bons livros, artigos e revistas ao alcance do leitor em língua portuguesa.

Nesta altura do debate, o Dr. Chacel colocou uma vez mais em evidência a sempre lembrada questão dos professores e alunos trabalhando em regime de tempo parcial e indagou, também, se não se poderia pensar na redução gradativa do número de escolas e na utilização das economias resultantes dessa redução para se instituir um programa nacional de bolsa de estudos.

Resumindo o sentido dos debates havidos até então, o Sr. Velloso acentuou que a deficiência do ensino de economia se deve ao despreparo dos professores e ao problema do atendimento das atividades discentes em tempo parcial. Reconhecendo que os dois problemas seriam de solução independente, indagou então se, no caso da seleção específica proposta pelo Sr. Delfim Netto, haveria garantia de que num esquema dessa natureza, eventualmente a ser instituído na Faculdade de Ciências

Econômicas de São Paulo, sairiam professores em número suficiente para garantir o bom nível do ensino necessário à formação de economistas em todo o país. Nesse momento o Sr. Simonsen manifestou seu ponto de vista de que, com toda probabilidade, haveria concentração dos professores assim capacitados nas Faculdades do Rio e de São Paulo enquanto nos demais Estados continuaria a existir um déficit de professores com boa qualificação.

Discutiu-se, então, a probabilidade de uma certa divisão de trabalho entre as atuais escolas de pós-graduação em economia: a da Universidade de São Paulo e a da Fundação Getúlio Vargas. Admitiu-se a possibilidade de, durante um certo tempo, a Escola de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo dar certa preferência a professores-assistentes das diversas faculdades ao recrutar alunos para os cursos de pós-graduação, enquanto a Escola da Fundação Getúlio Vargas cuidaria de formar economistas de alto nível, mas não necessariamente professores. Dada a similaridade dos dois cursos de pós-graduação atualmente mantidos no Brasil, esta relativa divisão de trabalho poderia perdurar em caráter de emergência durante uns quatro anos.

Em sua intervenção, o Sr. Schlittler manifestou a possível conveniência de converter algumas das muitas atuais Faculdades de Ciências Econômicas em Escolas de Administração de Empresas. Voltando ao debate, o Sr. Simonsen chamou a atenção para a importância de uma seleção rigorosa dos candidatos numa escola do tipo da que se estaria idealizando para a Universidade de São Paulo, a fim de que se tivesse uma escolha, dentre os economistas já no exercício do magistério, de indivíduos potencialmente capazes de realizar grandes progressos no campo da teoria econômica. Acentuou que a seleção dos melhores indivíduos para o curso de pós-graduação orientada para o professorado asseguraria a volta desses elementos às suas Faculdades de origem e por um efeito de permeabilização do conhecimento se refletiria numa significativa melhora do nível de formação básica dos futuros economistas.

A questão do efeito "capilaridade" foi também abordado pelo Sr. David Carneiro, que sugeriu que talvez fôsse compensador concentrar a atenção em faculdades novas, recentemente criadas, onde se pudesse inserir desde logo uma "cunha" para a elevação do nível de ensino. Nesse sentido, aventou a possibilidade de se organizar um grupo móvel de professores de economia que dariam uma assistência ao corpo docente dessas novas faculdades, por períodos variando de seis a doze meses. Essa idéia recebeu o apoio do Sr. Manoel Orlando Ferreira e da Sra. Maria da Conceição Tavares. Manifestando mais uma vez sua opinião, o Sr. Simonsen expressou que existem realmente dois programas importantes no tocante ao ensino de pós-graduação. A escola para a melhoria do nível profissional de professores e a escola destinada à formação de profissionais para serem absorvidos pelo mercado de trabalho como um todo. Ambos os programas, segundo o Sr. Simonsen, são essen-

ciais e podem muito bem ser levados a efeito no Rio e em São Paulo. Assinalou, na sua intervenção, a fundamental importância do rígido exame vestibular que, conjugado a uma entrevista, decidiu da aceitação dos candidatos a essas escolas. A esta altura o Sr. Baer indagou sobre uma possível queda no nível da Escola de Pós-Graduação se, por exemplo, como no caso aventado para a Universidade de São Paulo, a sua destinação para elementos no exercício (bom ou mau) da atividade de professor, fôsse um fator de repulsão de candidatos.

O Sr. Burger manifestou-se contrário no caso do curso de pós-graduação destinado a professores, a predeterminar a sua natureza e o tempo de duração, por entender que só a experiência obtida poderia indicar qual a melhor orientação. Assinalou, em concordância com a Sra. Maria da Conceição Tavares, que um programa destinado a melhorar o nível do professorado em economia depende de questões fundamentais como: a) o desejo da atualização do nível de ensino por parte da direção da faculdade e b) capacidade financeira para manter um quadro de professores-assistentes com boas aptidões docentes.

Neste ponto os debates desviaram-se da idéia de uma escola de pós-graduação destinada, ao menos em parte, a professores de economia, para os chamados cursos de revisão. Aventou-se a possibilidade da instrução desses cursos de revisão fora dos centros do Rio e de São Paulo para também atender ao problema da melhor preparação básica de professores. Mencionou-se, também, a possibilidade de se receber professores visitantes do estrangeiro e a importância que representaria, especialmente para os cursos de revisão em áreas outras que Rio e São Paulo, um razoável domínio da língua portuguesa por parte desses professores. Os debates sobre os textos básicos para o ensino de economia levaram a críticas sobre as escolhas que as casas editôras fazem dos livros a traduzir e sobre a qualidade dessas traduções. Houve um consenso geral de que, pelo menos em relação a determinados artigos fundamentais de teoria econômica moderna, a tradução deveria ser feita por economistas de boa qualificação. Os Srs. Burger e Simonsen lembraram, ainda, que seria recomendável um grupo de economistas que se constituíssem num comitê de seleção de livros eventualmente a traduzir pelas casas editôras. Sugeriram, também, que este mesmo grupo poderia se encarregar da revisão dos textos preparados pelos tradutores profissionais. Neste ponto, o Sr. Velloso lembrou a existência do Grupo Executivo da Indústria do Livro, que foi criado para prover um sistema especial de incentivos, que talvez pudesse abranger a edição de livros de economia. O Sr. Almeida Magalhães lembrou que seria importante estimular os economistas nacionais a escreverem livros e artigos e acentuou a necessidade de se instituir um mecanismo de financiamento de material didático preparado por economistas brasileiros. Por um lado, foi objetado que, dadas as condições atuais do mercado de economistas, um profissional de boa qualificação exigiria uma re-

muneração muito elevada para dedicar-se a êste trabalho. Por outro lado, a Sra. Maria da Conceição Tavares lembrou que existe um volume razoável de escritos inéditos sôbre o Brasil, à espera de publicação. Ao término dos debates desta primeira sessão matutina, o Sr. Ari Cavalcante deu o seu depoimento sôbre a situação existente em seu Estado (Ceará). Afirmou que os chamados cursos de revisão têm dado bom resultado naquela área, mas que há falta de material informativo e didático para ser distribuído entre os economistas locais. Assinalou que os cursos de revisão tiveram um impacto não só na melhoria do nível profissional dos economistas cearenses, como também influenciaram os professores de economia dêles participantes. Trouxe, ainda, em sua intervenção, o Sr. Ari Cavalcante, a informação de que em Fortaleza os livros técnicos mais vendidos são os de teoria econômica, ainda que não haja, por parte dos leitores, uma seleção muito criteriosa da matéria a ser lida. Daí, a utilidade dos cursos de revisão como uma alternativa regional da concentração das escolas de pós-graduação no Rio e em São Paulo.